



CORPOS(-)TERRITÓRIOS NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS CAUSADAS PELA MINERAÇÃO

Entre 2020 e 2021, um grupo de mulheres dos municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas, localizados entre o sul e o sudeste do Pará, se reuniram em rodas de conversas. Nesse período, leram e discutiram abordagens feministas sobre ecologia política como reflexão-ação de mulheres diversas e como práticas de luta e resistência em defesa da vida e da natureza, no contexto de **territórios pressionados por megaprojetos de mineração**.

Esses encontros foram propostos porque, embora a extração mineral tenha crescido no Brasil nas últimas décadas, as análises que abordam esse fenômeno desde o seu impacto concreto para os territórios ainda são pouco divulgadas. Tais reflexões são ainda mais escassas a partir da interseção entre os vários feminismos e o **racismo ambiental**.

Por isso, buscamos desenhar uma metodologia de avaliação do processo de desenvolvimento regional baseado na mineração, cujo fundamento fosse a percepção das mulheres que vivem no sul e no sudeste do Pará. O enfoque neste folheto é a denúncia dos impactos negativos dessa atividade econômica. Em particular, buscamos abordar o viés machista da política e da economia. Além disso, a partir do diálogo com um conjunto de intelectuais e ativistas latino-americanas, conseguimos aprofundar a análise sobre como o machismo e o sistema patriarcal contribuem para uma visão da natureza que a considera inferior à cultura, ao mesmo tempo que naturaliza os femininos para subordiná-los a padrões de masculinidade e estabelecer mecanismos de apropriação, controle e disciplina de corpos e territórios.

O PROJETO As mulheres na re(x)istência

O objetivo do projeto “Mulheres Amazônidas” é apoiar os processos de mobilização e resistência nos territórios a partir do ponto de vista feminista e por meio da produção de informações e de conteúdos que auxiliem a luta por direitos no nível local. Esse é o primeiro material, de uma sequência, que virá como resultado das atividades desse Projeto – uma parceria entre o Inesc, a Faculdade de Educação do Campo e Administração e Economia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Este trabalho é fruto de uma prática política coletiva de formação de saberes e conhecimentos e de um feminismo que se apresenta como antirracista e periférico, além de afirmar o protagonismo de mulheres, em especial das pretas, nos processos organizativos e da luta social. Para isso, mobilizamos a teoria e a prática feminista através da experiência dos corpos(-)territórios de mulheres que vivem em contexto de mineração no sudeste do Pará.

TERRITÓRIOS DO SUDESTE DO PARÁ PRESSIONADOS POR MEGAPROJETOS DE MINERAÇÃO

Fonte: BEZERRA, Rosemayre Lima; ALVES, Ailce Margarida Negreiros, 2021.



UMA VISÃO FEMINISTA SOBRE A MINERAÇÃO

De maneira geral, a apropriação privada e desigual dos bens comuns da natureza, como a água e a energia, a poluição do solo, da água e do ar, a pressão migratória, a precarização das políticas públicas, o estrangulamento das economias populares, além da disputa por terra e território são considerados alguns sintomas dos impactos negativos da mineração.

Quando olhamos para tudo isso a partir da perspectiva das mulheres, descobrimos três conjuntos de problemas interconectados que as afetam diretamente e que podem ser classificados da seguinte forma:

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
E PATRIARCALIZAÇÃO
DOS TERRITÓRIOS;**

**VIOLÊNCIA
ECONÔMICO-FINANCEIRA
E PROPRIETÁRIA;**

**VIOLÊNCIA CONTRA
A NATUREZA
E EPISTEMICÍDIO.**

“Embora impactos e riscos da mineração sejam muitos e de diferentes magnitudes, eles são distribuídos de maneira desigual (...). Recaem, em maior proporção, sobre os grupos que têm menos poder político e recursos financeiros: trabalhadores e trabalhadoras rurais, povos tradicionais, moradores de periferias, **mulheres e populações negras e indígenas”**

(MALERBA et. al., 2021).

As três categorias descritas acima foram desdobradas da seguinte forma:

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PATRIARCALIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

A chegada da grande mineração nos territórios modifica, muito rapidamente, a dinâmica de vida das mulheres e das suas comunidades. O crescimento explosivo dos grandes projetos de mineração provoca uma urbanização desordenada e um movimento migratório intenso, sobretudo de homens que chegam em busca de emprego. Essa reconfiguração da economia e do espaço urbano compartilhado carrega preconceitos conectados aos gêneros, às sexualidades e às identidades étnico-raciais não-brancas que reforçam desigualdades previamente existentes ou que até mesmo as impõem.

A perda da autonomia econômico-financeira como resultado da subordinação das mulheres à divisão sexual do trabalho; a resposta feroz dos homens à expectativa frustrada de riqueza e ascensão social, a qual surge comumente na forma de violência doméstica sobre aqueles que passam a ser percebidos como seus “dependentes” (mulheres, crianças e idosos); e a restrição da circulação em razão do encontro ameaçador com homens desconhecidos são descritos pelas mulheres através da **sensação de medo e aprisionamento.**

A noção de “territórios patriarcalizados” corresponde à análise das múltiplas expressões da masculinidade que passam a estruturar as dinâmicas socioterritoriais tanto no período de instalação quanto no de operação dos megaprojetos de mineração, logística e energia.

VIOLÊNCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA E PROPRIETÁRIA

A presença da mineração tende a gerar concentração de riquezas e o aparecimento de bolsões de pobreza mesmo onde eles não existiam, isto é, onde uma vida simples podia ser organizada de acordo com os tempos e as necessidades das moradoras e dos moradores. A imposição de paradigmas econômicos de cima para baixo e a desestruturação dos laços comunitários refletem a realidade do que chamamos de “**zonas de sacrifício**”: áreas de exploração intensa do trabalho e da natureza com o objetivo estreito da acumulação do lucro. Isso acontece porque uma característica da exploração pela mineração é a subordinação dos territórios ao seu próprio interesse. Assim, a força de trabalho, as políticas públicas e as diversas atividades econômicas locais tendem a se fundir ao propósito da mineração e passam a servir quase exclusivamente a ela, deixando as demandas das comunidades em último plano.

Como consequência, observamos a apropriação e a privatização dos recursos naturais, além da sujeição dos modos de vida e das economias populares que fazem circular dádiva e riqueza pela mão do povo. Um dos instrumentos para que isso ocorra é a imposição do assalariamento masculinizado (que exclui as mulheres no mercado de trabalho formal). Nesse caso também se verifica a clássica discussão sobre a **divisão sexual do trabalho**, a qual busca limitar a potência feminina aos **cuidados** enquanto captura o valor gerado por quem se dedica à **reprodução social da vida humana e da sociobiodiversidade**. Ou seja: além da dificuldade para obter emprego, as mulheres enfrentam a desvalorização, que se expressa pela ausência de remuneração pelo cuidado com a vida. Essa situação dramática está refletida na crise das políticas públicas, sobretudo as de proteção social, já que as mulheres e suas famílias acabam assumindo o ônus humano e financeiro da falta de assistência por parte do Estado. Isto tem contribuído para o **endividamento das mulheres**, em especial, aquelas que são responsáveis pelo sustento das suas famílias, também ameaçando a sua integridade física e psicológica.

No Pará, o termo “violências proprietárias” ganha os contornos das questões fundiária e agrária nunca resolvidas no Brasil. Segundo a Agência Senado, a discussão sobre a reforma agrária “vem sendo substituída nas prioridades governamentais pela [ideia de] regularização fundiária, modelo por meio do qual se busca colocar na legalidade quem já está ocupando terras sem os devidos títulos” (Agência Senado, 2021). Infelizmente, essa abordagem abre espaço para a grilagem de terra, expulsões e diversas outras violações de direitos. Por outro lado, a política fundiária foi desfinanciada nos últimos anos, resultando em uma “queda de mais de 85%” dos recursos disponíveis no passado para esse tipo de ação (Agência Senado, 2021).

A insegurança fundiária tem relação direta com o grau de conflitos no campo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou um aumento de 23% nos conflitos por terra no país em 2019 em comparação com o ano anterior. No mesmo levantamento, a organização revela que a “região amazônica concentrou 73% das tentativas de assassinato, 79% das ameaças de morte e 71% das famílias expostas a conflitos. É do mesmo modo na Amazônia que estavam 57% das 5.877 famílias despejadas de seus lares e 84% das que tiveram suas casas ou terras invadidas” (Agência Senado, 2021).

Precisamos entender melhor os efeitos negativos desse cenário para a vida das mulheres que “seguram os acampamentos” e são protagonistas reconhecidas na luta pela terra e na defesa do território. Ainda assim, uma possibilidade é que a violência econômico-financeira se encontra com a proprietária ou fundiária quando a destruição das formas de domesticidade (isto é, quando o mercado ou o dinheiro não são a fonte exclusiva da subsistência; por exemplo, por meio do cultivo de uma roça) ou o estrangulamento das economias populares (como no caso das feiras agroecológicas) é acompanhado pelo avanço da extrema pobreza e da pobreza, em particular da pobreza feminina.

VIOLÊNCIA CONTRA A NATUREZA E EPISTEMICÍDIO

Na sua dimensão ecológica, observamos como a mineração conduz à interrupção dos ciclos de reprodução da sociobiodiversidade, na medida em que promove a destruição do meio ambiente e ataca as práticas tradicionais que contribuem para a manutenção da agrobiodiversidade. Isso significa que a mineração tem uma relação direta com as violências já mencionadas aqui. Do ponto de vista cultural, o resultado de tudo isso é o aprofundamento de estereótipos sexistas no plano simbólico e dos imaginários. A extinção de modos de vida considerados “diferentes” ou “desviantes” é conhecida como “epistemicídio” e está relacionada aos processos descritos anteriormente. A articulação entre a precarização da vida, o patriarcado e o epistemicídio reflete o esforço das sociedades para o disciplinamento, o controle e a violência machista sobre os corpos sexuais e racializados das mulheres (e outros femininos).

A ATUAÇÃO DA VALE S.A. NO SUDESTE DO PARÁ

Na década de 1980, o sudeste do Pará passou a abrigar o **Programa Grande Carajás (PGC)**, que foi criado pela então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), atualmente Vale S.A. O objetivo era explorar o minério de ferro. Com o complexo minerador, chegaram também a **Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT, 1984)** e a **Estrada de Ferro Carajás (EF-135, 1985)**, que liga **Carajás**, no sudeste do Pará, ao **Porto de Ponta da Madeira**, em São Luís (MA). Em 2016, a exploração de minério foi ampliada na região de Carajás com o início das operações do projeto S11D.

A Região de Canaã dos Carajás abriga a maior província mineral do mundo, e, por isso, a Vale tem muito interesse na região.

Em 2020, a VALE S.A. divulgou a implantação do Projeto Serra Sul 120, que implicará o aumento da capacidade de produção de minério de ferro do S11D em 20 milhões de toneladas ao ano, com investimentos plurianuais de cerca de US\$ 1,5 bilhão (aproximadamente R\$ 7,5 bilhões). Segundo a empresa, o S11D passará a ter capacidade de produção de 120 milhões de toneladas de minério ao ano, sendo o início dessa nova etapa esperado para o primeiro semestre de 2024.

EXPULSÕES

A intensificação do conflito fundiário no sul e sudeste do Pará anda lado a lado com a expansão em larga escala da pecuária, da soja e da mineração. Ela trata de um projeto de integração subordinada da Amazônia à economia nacional e global. No plano político, governos militares e democráticos foram unânimes em definir ações para financiar e estimular a construção de infraestruturas logísticas e energéticas, bem como para disponibilizar incentivos fiscais para grandes empresas interessadas em explorar os recursos naturais da região. Assim, o discurso sobre o desenvolvimento nacional aliado à propaganda sobre o vazio

demográfico da floresta amazônica serviu para passar por cima dos modos de vida locais. Ao mesmo tempo, a pressão demográfica existente é fruto do incentivo governamental para a ocupação da região. Na expressão popular, é como conquistar o direito à terra com uma mão, enquanto o governo anula esse direito com a outra.

Os municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas possuem núcleos urbanos que, somados, se aproximam de 500 mil habitantes. Segundo dados do IBGE, **o sudeste paraense concentra, somando-se todos os seus 39 municípios, mais de 22% da população vivendo no estado do Pará.** A região também abriga o maior número de acampamentos agrários do país. Os acampamentos são uma tecnologia social que propõe a ocupação de terras (não destinadas ou improdutivas) como forma de luta pelo direito à reforma agrária e pela regularização de assentamentos agrários. No entanto, sofrem pressões e ameaças por parte da VALE S.A. para abandonarem tais territórios. Ao mesmo tempo, governos tendem a ignorar deliberadamente esse modo de operação da empresa. Um exemplo é a vila rural popularmente conhecida como “Racha Placa”, ou “Mozartinópolis”, que foi eliminada a fim de dar lugar ao PGC, ocasionando o deslocamento forçado de mais de 600 pessoas que residiam no local. Parte desses deslocados formaram ocupações e acampamentos, nos quais as mulheres são grandes lideranças e as primeiras a visualizarem os impactos negativos da espoliação capitalista sobre os seus corpos, territórios e comunidades.

A MINERAÇÃO CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS? NÃO.

O levantamento citado anteriormente da ONG FASE e POEMAS (MALERBA *et. al.*, 2021), mostra alguns dados importantes para se entender o real peso da mineração para a economia brasileira. **Quem fica com a riqueza gerada por essa atividade e quem sofre com os seus efeitos negativos?**

Abaixo, destacamos 5 fatos que você precisa saber:

1. A contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional é reduzida.

A cadeia mineiro-metalúrgica contribuiu com menos de 3% do PIB brasileiro em 2018. Entre 2011 e 2018, as mineradoras brasileiras ampliaram em 18% a exportação do minério de ferro, ao passo que o preço dessa *commodity* no mercado internacional caiu 59% no mesmo período.

2. Embora o Brasil seja um grande exportador global de minérios, essa produção não contribui para a industrialização do país.

Cerca de 70% dos minérios extraídos no Brasil são exportados. No entanto, o seu preço no mercado internacional é muito baixo (US\$ 82 a tonelada), já que eles não são transformados no país. Assim, essa indústria não gera empregos qualificados, nem produz recursos suficientes para financiar a transição econômica para outro modelo de desenvolvimento.

3. Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas são campeões nas exportações pelo sudeste do Pará.

Em 2009, apenas Parauapebas foi responsável por 46% das exportações da região sudeste do Pará. Naquele ano, o minério de ferro foi o principal produto paraense vendido no exterior, correspondendo a cerca de 80% do comércio internacional do estado.

4. A renda da mineração é desigualmente distribuída e sua maior parte fica com as empresas.

Com mais de R\$ 200 bilhões em lucros anuais resultantes da extração de minérios, apenas R\$ 6 bilhões são devolvidos à sociedade na forma de *royalties*, equivalente a apenas 2,9% do lucro com essa atividade.

5. Enquanto as políticas públicas sociais sofrem por falta de investimento, as empresas com atuação no país são beneficiadas por isenções fiscais gigantescas.

A Lei Kandir (lei complementar nº 87, de 1996) isenta o pagamento de até 75% dos impostos para as empresas mineradoras. Como resultado, só o estado do Pará deixa de arrecadar cerca de R\$ 65 bilhões.

DIANTE DE TANTA DESIGUALDADE, CADÊ OS RECURSOS DA CFEM?

CFEM é a sigla para Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Ela foi criada para remunerar a sociedade brasileira pela extração dos minérios presentes no subsolo do país e que pertencem à União. A CFEM deve promover a transição econômica de municípios mineradores para outro modelo de desenvolvimento. No entanto, isso está muito longe de se tornar realidade!

Na tabela abaixo, a relação entre a arrecadação dos *royalties* da mineração e o orçamento municipal torna evidente o estrangulamento da economia local pela mineração.

ROYALTIES DA MINERAÇÃO E O ORÇAMENTO MUNICIPAL (2020)

CIDADES	VALORES RECEBIDOS	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEIS EM CADA PREFEITURA
Marabá	R\$ 125 milhões	11%
Canaã dos Carajás	R\$ 676 milhões	64%
Parauapebas	R\$ 848 milhões	42%

Fonte: Pesquisas realizadas pelo projeto “De Olho na CFEM”¹.

Embora o seu peso no orçamento municipal seja significativo, o uso que o poder público local faz dele não é transparente. Por outro lado, os dados socioeconômicos desses municípios revelam a piora das condições de vida da população. **Grandes arrecadadores de CFEM, os municípios pesquisados têm experimentado o crescimento da extrema pobreza e da pobreza.** Do total de inscritos por município no Cadastro Único, Marabá tem mais de 60 mil pessoas extremamente pobres e pobres. Parauapebas, o primeiro no ranking de municípios que arrecadam CFEM, registra um número superior a 50 mil vivendo na mesma situação; e, em Canaã dos Carajás, são mais de 15 mil pessoas.

¹ A Campanha De Olho na CFEM é uma iniciativa do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e realizada por uma parceria com Inesc e POEMAS.

NÍVEIS DE POBREZA ENTRE MULHERES NO SUDESTE DO PARÁ

As tabelas 1 e 2 (abaixo) mostram que a mineração não tem conseguido garantir uma vida melhor para os habitantes de nenhum dos três municípios estudados, sendo as mulheres as grandes prejudicadas por esse modelo de desenvolvimento. A **Tabela 1** mostra os índices gerais de extrema pobreza e pobreza. Já a **Tabela 2** mostra o impacto da extrema pobreza e da pobreza sobre mulheres autodeclaradas brancas ou negras em cada uma das localidades estudadas, segundo dados do CadÚnico.

Município	Nº de pessoas extremamente pobres inscritas no CadÚnico (R\$ 0 a R\$ 70 mensais)	% de pessoas extremamente pobres em relação à população total inscrita no CadÚnico	Nº de pessoas pobres inscritos no CadÚnico (R\$ 70,01 até R\$ 140 por mês)	% de pessoas pobres em relação à população total inscrita no CadÚnico
Canaã dos Carajás (PA)	12.591	33%	3.367	9%
Marabá (PA)	38.116	13,44%	28.144	9,93%
Parauapebas (PA)	28.841	13,50%	21.746	10,18%

Fonte: Elaboração própria a partir do CadÚnico, 2020; ano base 2020.

Município	Cor/Raça	Extrema Pobreza	% de mulheres na extrema pobreza em relação ao total geral de inscritas no CadÚnico	Pobreza	% de mulheres na pobreza em relação ao total geral de inscritas no CadÚnico	Mulheres vivendo com renda de 1/2 S.M.	% de mulheres vivendo com 1/2 S.M. em relação ao total geral de inscritas no CadÚnico
Canaã dos Carajás	Branca	624	5%	200	2%	115	1%
	Negra	7.046	54%	1.783	14%	669	5%
Marabá	Branca	1.080	2%	917	1%	648	1%
	Negra	21.649	35%	14.736	24%	6.088	10%
Parauapebas	Branca	1.687	3%	1.359	3%	918	2%
	Negra	15.264	31%	11.311	23%	4.834	10%

Fonte: Elaboração própria a partir do CadÚnico, 2021; ano base, abril 2021.

Destacando a situação das mulheres negras em todos os cenários, observamos que: em relação ao total de mulheres inscritas por município no CadÚnico, **Canaã dos Carajás tem 54% das mulheres negras vivendo em condição de extrema pobreza**, isto é, que vivem com R\$0 a R\$70 mensais. Esse número é seguido por 35% em Marabá; e 31% em Parauapebas.

No que se refere à pobreza, isto é, pessoas que vivem com R\$70,01 até R\$140 por mês, **Marabá se destaca como o município com o pior índice, pois submete 24% das mulheres negras do município à condição de pobreza**. Parauapebas, que é o município mais rico da região, fica em segundo lugar, com 23% das mulheres negras vivendo em situação de pobreza; e, finalmente, Canaã dos Carajás registra 14%.

Somando-se os índices de extrema pobreza e pobreza, chegamos à conclusão de que as mulheres negras morando em Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas têm uma vida difícil e de muita precariedade. Elas representam 68%, 59%, 54% das mulheres inscritas no Cadastro Único em cada um desses municípios, sendo, portanto, maioria dos indivíduos que buscam a assistência do Estado.

Esse quadro geral evidencia a necessidade de políticas públicas para as mulheres negras nesses municípios e deve despertar a atenção para as especificidades dos desafios que elas enfrentam. Além da desigualdade na distribuição da riqueza produzida com a atividade minerária, a falta de investimento público e o mau desenho das políticas – resultado da falta de transparência associada a pouca escuta e participação social – também contribuem para essa realidade brutal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA SENADO. Solução dos problemas fundiários pode gerar impulso econômico e ordenamento social no campo. Publicado em: 16.04.2021; Disponível em: <https://bit.ly/3APUJSE>

BEZERRA, Rosemayre Lima; ALVES, Ailce Margarida Negreiros, 2021. Mulheres Amazônidas, difíceis territorialidades em tempos de crise pandêmica: um exercício de cartografia. In.: OLIVEIRA, Tatiana (Org.). Mulheres Amazônidas: Ecofeminismo, mineração e economias populares. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc, 2021. Mapa dos territórios de fala das mulheres e o cerco da mineração, elaborado pelo Prof. Dr. Rodrigo de Almeida Muniz (Faculdade de Educação do Campo, UNIFESSPA).

CARDOSO, Alessandra. Amazônia: paraíso extrativista e tributário das transnacionais da mineração. Nota Técnica nº 185, INESC, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3esf6ed>

OLIVEIRA, Antônia Larissa Alves et. al. Para onde vai a CFEM? Uma avaliação dos municípios de Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá, no Pará. Nota Técnica nº 3, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3mV5k9p>

OLIVEIRA, Tatiana (Org.). Mulheres Amazônidas: ecofeminismo, mineração e economias populares. Instituto de Estudos Socioeconômicos, INESC, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3HgZmHg>

MALERBA, Juliana; et. al. Cartilha ilustrada para uma análise crítica do modelo mineral brasileiro. ONG FASE e POEMAS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3EvHua7>

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. A economia do sudeste paraense: evidências das transformações estruturais. in.: NETO, Aristides Monteiro et. al. Desenvolvimento Regional no Brasil - Políticas, estratégias e perspectivas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ogBAUL>

Texto

Tatiana Oliveira

Pesquisa e sistematização de dados

Antônia Larissa Alves Oliveira e Thyelle Gonçalves Oliveira

Revisão técnica

Rosemayre Bezerra Lima, Ailce Margarida Negreiros Alves, Geuza Morgado

Projeto gráfico e diagramação

Talita Aquino

Revisão

Thiago Moyano

Março de 2022

Realização



Apoio

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil